

## MARACUTAIA AMAZÔNICA

## Ex-aliado declara guerra a Amazonino

*Depois de romper com governador, de quem admite ter sido testa-de-ferro, empresário acusa secretário de liderar corrupção*

**F**ernando Franco de Sá Bomfim, 56 anos, é engenheiro elétrico formado em Itajubá (MG), e empresário em Manaus. Foi presidente da Companhia Energética do Amazonas (Ceam) nos dois mandatos de Amazonino Mendes como governador do estado. Deixou a estatal em fevereiro, e desde então vem combatendo o grupo de Amazonino, especialmente o secretário estadual de Fazenda, Samuel Hannan, em artigos no Jornal do Norte.

Durante dois anos, entre abril de 1995 e abril de 1997, serviu de testa-de-ferro para a empreiteira Econcel, que realiza obras para o gover-

no estadual e a prefeitura de Manaus, esta última também controlada pelo grupo político de Amazonino. O *Correio* esteve com Bomfim por três vezes, sempre em seu escritório, no centro de Manaus.

Depois de revelar a fita com as conversas para o seu desligamento da Econcel, Bomfim disse que não fizera nada ilegal ao acumular a presidência de uma estatal estadual e presidir uma empreiteira que presta serviços ao governo. Mas admitiu que não teve uma conduta ética: "Fiz o que fiz para atender a um amigo de 30 anos", alegou.

Ele conta que pouco depois de

assumir pela segunda vez a Ceam, em julho de 1995, foi chamado a uma reunião com Hannan, onde se tratou de uma concorrência para fornecimento de equipamentos. Segundo diz, o negócio estava acertado para que os equipamentos fossem fornecidos por intermédio do grupo paulista Silex, um conglomerado de empresas com interesses nas áreas de finanças, comércio internacional e minérios, do qual Hannan seria um dos diretores.

Bomfim alega que o negócio estava superfaturado em US\$ 6 milhões, e que o acordo para garantir o fornecimento de grupos geradores por meio da Silex foi assinado em São Paulo, no dia 3 de abril de 1995, pela Ceam e por Adroaldo Moura da Silva, como diretor da Silex.

Começou aí, segundo ele, seu desentendimento com o secretário da Fazenda.

Os problemas com Hannan prosseguiram quando o governo federal autorizou as empresas elétricas estaduais a transformarem em títulos os créditos que tinham a receber da Eletrobrás — conhecidos como Contas de Resultados a Receber (CRC). Depois de convertidos em dinheiro, no mercado financeiro, esses papéis poderiam ser transferidos ao caixa do governo estadual.

A Ceam, sempre segundo Bomfim, tinha créditos de R\$ 100 milhões em CRC. Para receber o dinheiro, a secretaria da Fazenda precisava assinar um contrato com a Ceam. O empresário exigiu que no acordo fosse quitada a dívida de ICMS da empresa com o governo do estado. Hannan, segundo ele, não cumpriu o acordo e gastou o dinheiro. A partir daí, segundo Bomfim, ele passou a ser perseguido pelo secretário da Fazenda.

"Disseram que iam me aniquilar, primeiro financeiramente, depois fisicamente", disse ao *Correio*. O nome dele foi lançado como sócio da Ceam num auto de infração de R\$ 30 milhões da Fazenda estadual contra a estatal.

O projeto para a instalação da Net Pack da Amazônia, uma fábrica de embalagens recicláveis, foi brechado no Conselho de Administração da Sudam por um pedido de vistas da Secretaria de Indústria e Comércio — a mando de Hannan, segundo Bomfim. A empresa de sua ex-mulher — com quem ele voltou a viver — foi autuada pela Fazenda num valor correspondente a 150% do patrimônio líquido.

"Desde agosto eu não faturei. Estou vivendo da poupança", disse o empresário.

Na primeira conversa que teve com o *Correio*, Bomfim mostrou rapidamente o que seria o extrato de

uma conta do governador Amazonino Mendes no Maryland Bank, em Luxemburgo, paraíso fiscal na Europa. A conta teria sido aberta em 1988, com um depósito de US\$ 500 mil.

O empresário não permitiu que se anotasse o número da conta, mas entregou foto de um envelope destinado a Amazonino, em 12 de outubro de 1988. No endereço do destinatário, escrito a tinta azul, lê-se: Mr. Amazonino Armando Mendes, 315, Rua Belo Horizonte, Manaus, Amazonas, Brasil (com "s").

O envelope conteria os extratos bancários da conta de Amazonino no Maryland. Segundo Bomfim, para se confirmar a propriedade da conta seria preciso um acordo entre os governos brasileiro e de Luxemburgo, porque a conta não está identificada. Ainda segundo Bomfim, "a conta deve ter sido fechada em 1993".